

# editorial

## N. Transformar 17/3/89 a vítima em culpado

A campanha anti-RPM desencadeada a partir do «caso Evo Fernandes» está a atingir foros de histeria em Lisboa, sede a partir da qual aquele proeminente cabecilha dos bandidos armados desenvolvia há largos anos as suas actividades terroristas e genocidas contra o Povo moçambicano. Em alta gritaria já se exige ora a chamada do Embaixador português em Maputo, ora a anulação da prevista visita do Primeiro-Ministro Cavaco e Silva ao nosso País, ora a suspensão da cooperação ou o corte de relações com Moçambique. Tudo isto por causa do Evo Fernandes.

Evo Fernandes não carece de apresentação entre nós. Ao seu nome sinistro está directamente ligada a morte violenta e provocada de mais de seiscentos mil moçambicanos vítimas do terrorismo a que a organização de que era cabecilha se dedica no nosso País. A importância que é atribuída hoje em Lisboa à morte de Evo Fernandes, não apenas um terrorista mas um dirigente do terrorismo, contrasta de forma notável com a indiferença e complacência demonstradas em relação aos milhares de vítimas dos seus crimes.

As autoridades do nosso País já declararam peremptoriamente nada terem a ver com a morte de Evo Fernandes e que qualquer tentativa de envolver diplomatas moçambicanos no caso não passa de uma manobra de diversão dos mentores e promotores desta campanha de calúnias que tem o objectivo de denegrir o bom nome da RPM em Portugal e no mundo. Ao surgirem como arguidos no processo em curso diplomatas moçambicanos, estamos face ao prolongamento a nível judicial de uma campanha que teve início ainda antes da morte daquele cabecilha. Com efeito, a maquinação da morte de Evo Fernandes foi objecto de comunicado dos bandidos armados emitido e publicado em Lisboa algum tempo antes de a mesma ocorrer, implicando como responsáveis de tal designio as autoridades moçambicanas em conluio com as próprias autoridades portuguesas.

Quando aquele cabecilha desaparece, pouco antes da sua morte, é Maputo que se aponta e diz-se que nós o mandámos raptar e que o trouxemos para Moçambique.

Posteriormente, começa-se a lançar na campanha os nomes de diplomatas moçambicanos. O processo judicial visa agora sancionar esta ardilosa campanha, fazer sentar de alguma forma Moçambique no banco dos réus e apontar o nosso País como responsável da morte de Evo Fernandes.

Para cúmulo pretende-se a colaboração de Moçambique para esse fim; pede-se que Moçambique renuncie à imunidade de que gozam os diplomatas e que foi instituída também para prevenir este tipo de situações.

Não há no plano moral, no plano político ou no plano jurídico, nada, mas absolutamente nada que nos obrigue a participar em semelhante farsa. Antes de se pretender ouvir agora um moçambicano que seja sobre a morte de Evo Fernandes, o mínimo que teria sido de exigir seria ouvir o Evo Fernandes ou quem autorizava e protegia o seu «santuário» lisboeta, sobre os milhares de moçambicanos friamente assassinados ao longo de todos estes anos pela sua organização terrorista. É um insulto à inteligência, uma manifestação de maquiavélico desprezo da verdade, tentar fazer esquecer os mais de seiscentos mil moçambicanos massacrados a mando de Evo Fernandes e dos seus patrões e acólitos, lançando a ideia de que as autoridades moçambicanas é que mandaram matar Evo Fernandes.

Trata-se de uma tentativa de inversão que rejeitamos e denunciámos energicamente. A tática de tentar transformar a vítima em culpado do crime não é nova.

Hoje, os objectivos e os métodos do inimigo continuam iguais aos do passado. Esta campanha de calúnias tem como objectivo denegrir e desacreditar a República Popular de Moçambique. Os mentores do banditismo armado ainda não estão saciados com o sangue já derramado e com a destruição engendrada em Moçambique e preparam-se para perpetrar mais morte e mais destruição. O Povo moçambicano, unido do Rovuma ao Maputo, resistirá a mais este assalto e permanecerá firme na defesa da independência e soberania duramente conquistadas.